

Partidos governistas elegem maioria dos 54 novos senadores

Crescimento de Marina surpreende e provoca segundo turno entre Dilma e José Serra 2



Com quase 19,4% dos votos válidos, a candidata do PV à Presidência da República, a senadora Marina Silva, alcançou um desempenho acima do que anunciavam as pesquisas de intenção de voto e foi diretamente responsável pela realização do segundo turno da eleição, no próximo dia 31 de outubro, entre a candidata do PT, Dilma Rousseff (46,89%) e o candidato tucano, José Serra (32,62%). Marina disse que o PV discutirá internamente apoio a um dos dois concorrentes. A escolha de 18 dos 27 governadores foi decidida já no primeiro turno.

• Dos eleitos ontem, 33 são nomes novos na Casa. PMDB e PT ampliam bancadas e oposição perde cadeiras

• Quatro senadores se elegeram governadores: no Acre, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Santa Catarina

• Alguns dos principais líderes da oposição ao governo Lula no Senado não conseguiram se reeleger

• Presidente do TSE, Ricardo Lewandowski diz que tribunal pretende votar casos de Ficha Limpa antes do segundo turno

2 a 5

especial Cidadania

Senadores investem nas redes sociais para alcançar eleitor

O contato mais direto e instantâneo oferecido pelas redes sociais – como Twitter, Orkut e Facebook – tem sido cada vez mais usado pelos senadores na comunicação com os eleitores. Dos 81 senadores, 50 já utilizam o Twitter, caso de Eduardo Suplicy, Valter Pereira e Alvaro Dias. 8

Nova fórmula para suplentes na pauta de fim de legislatura

Sete propostas de emenda à Constituição (PEC) na pauta do Plenário alteram as regras da suplência para o Senado. Hoje, 16 das 81 cadeiras da Casa estão sendo ocupadas por senadores que não foram eleitos como titulares dos mandatos. 6

Congresso inicia discussão sobre o Orçamento do ano que vem 8

Os 19% de votos obtidos pela senadora Marina Silva na disputa da Presidência da República foram decisivos para impedir definição em primeiro turno de votação

Dilma e Serra vão para o segundo turno da eleição

O BRASILEIRO TERÁ que esperar até 31 de outubro para conhecer o novo presidente da República. A candidata do PT, Dilma Rousseff, conquistou 46% dos votos válidos e vai disputar o segundo turno com José Serra, do PSDB, que teve 32%. Marina Silva, do PV, recebeu 19%.

A campanha para o segundo turno começa formalmente amanhã. Pelo calendário oficial do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a propaganda eleitoral no rádio e na TV deve começar até 15 dias antes da nova votação, ou seja, 16 de outubro. Dessa vez, os dois candidatos terão o mesmo tempo para apresentar suas propostas (20 minutos para cada um, divididos em dois horários).

Os últimos dias foram marcados pela incerteza quanto à definição da eleição presidencial em primeiro turno. Os principais institutos de pesquisa chegaram a indicar uma vitória de Dilma, mas, nos últimos dias, o quadro se alterou. O crescimento da senadora Marina Silva na reta final provocou a segunda rodada de votação.

Os dois candidatos que disputam o segundo turno começaram na política nos anos 1960 e fizeram oposição à ditadura militar. Dilma Vana Rousseff nasceu em Belo Horizonte, há 62 anos, e é economista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Filha do engenheiro búlgaro Pedro Rousseff e da professora Dilma Jane Silva, militou em grupos que defendiam a resistência armada ao regime militar.

Dilma foi presa em 1970, permanecendo três anos na cadeia, onde teria sido torturada. Divorciada, tem uma filha da união com o advogado gaúcho Carlos Franklin Paixão



Dilma Rousseff e José Serra começaram na política nos anos 1960

de Araújo.

Escolhida candidata pelo presidente Lula, Dilma fez parte do governo petista desde o primeiro momento, em 2003. Foi ministra de Minas e Energia e ministra-chefe da Casa Civil, cargo que assumiu no lugar de José Dirceu, demitido, em 2005, em meio às denúncias do esquema do mensalão.

José Serra nasceu em São Paulo, em 1942. Começou na política pelo movimento estudantil. Foi eleito presidente da União Nacional dos Estudantes em 1963. Com o golpe militar que derrubou o governo João Goulart, Serra se viu obrigado a sair do país. No Chile, trocou

o curso de engenharia pelo de economia. Outro golpe militar, dessa vez do ditador chileno Augusto Pinochet, o fez mudar de país mais uma vez, indo para os Estados Unidos, onde concluiu mestrado e doutorado em Ciências Econômicas pela Universidade Cornell.

Com a anistia, Serra retornou ao Brasil e ingressou no PMDB, partido pelo qual se elegeu constituinte em 1986. Serra foi senador, ministro do Planejamento e da Saúde de Fernando Henrique Cardoso, prefeito de São Paulo e governador do estado. Em 2002 perdeu a eleição presidencial no segundo turno para Luiz Inácio Lula da Silva.



Ricardo Lewandowski (D) avalia que Lei da Ficha Limpa revolucionou a política

TSE quer decidir sobre fichas sujas antes de 31 de outubro

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Ricardo Lewandowski, avaliou ontem que parte dos recursos de candidatos cujos registros foram negados com base na Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10) será julgada antes do segundo turno das eleições. A Justiça Eleitoral e o Supremo Tribunal Federal se esforçarão para decidir sobre as candidaturas a tempo da diplomação.

– Nós temos perfeitas condições de dar esses resultados de recursos [antes do segundo turno], salvo em alguns casos onde exista uma complicação jurídica um pouco mais aprofundada – disse.

A decisão da Justiça sobre a Ficha Limpa pode interferir consideravelmente na composição do Senado. Alguns candidatos cujos votos não foram computados ontem, por estarem com o registro de suas candidaturas *sub judice*, eram apontados pelas pesquisas de opinião como favoritos, entre eles João Capiberibe (AP), Jader Barbalho e Paulo Rocha (PA), Ivo Cassol (RO) e Cássio Cunha Lima (PB).

O presidente do TSE considera que a Lei da Ficha Limpa revolucionou os costumes políticos ao impedir candidaturas de condenados por colegiados de juizes.

– Seja qual for o destino da lei,

ela já permitiu que os eleitores vejam a necessidade de verificar o passado de seus candidatos. Por isso, ela envolve uma mudança cultural – afirmou, mencionando que nas eleições de 2012, quando serão eleitos novos vereadores e prefeitos, a lei não deverá ser questionada.

Anulados à parte

O presidente do TSE confirmou também que os candidatos cujos registros foram indeferidos não teriam seus votos oficialmente proclamados. A medida atinge todos as candidaturas *sub judice* em decorrência da Lei da Ficha Limpa e vale também para indeferimento, renúncia ou falecimento do candidato sem substituição após a preparação das urnas.

Contudo, Lewandowski disse que os votos estariam computados em arquivo separado e disponíveis pela internet (no site do TSE e dos tribunais regionais eleitorais). O ministro atribuiu à falta de jurisprudência em relação à cassação de candidaturas alcançadas pela Lei da Ficha Limpa o atraso no julgamento de recursos.

– Como não há precedentes para basear essas decisões, cada caso precisa ser definido individualmente, e isso leva tempo – comentou.

Internado com arritmia cardíaca, Sarney não votou

Boletim médico divulgado ontem à tarde informou que o presidente do Senado, José Sarney, com um “discreto infiltrado pulmonar”, ficaria mais tempo em observação no Serviço de Cardiologia do UDI Hospital, em São Luís, o que o impediu de votar.

O presidente do Senado foi internado no último sábado após sofrer uma arritmia cardíaca. Segundo o cardiologista Carlos Gama, que assina a nota oficial sobre a saúde do parlamentar, Sarney já reverteu a arritmia e encontra-se clinicamente estável e acordado.

No final da manhã de ontem, ele recebeu a visita da filha, Roseana Sarney, que se elegeu governadora do Maranhão pelo PMDB.

Para Justiça Eleitoral, urnas biométricas foram um sucesso

A identificação dos eleitores de 60 municípios pela digital do polegar revelou-se um sucesso este ano, avaliou ontem o presidente do TSE, ministro Ricardo Lewandowski.

Segundo informou, esta foi a primeira vez que o sistema foi usado em eleições gerais no país. Até o início da noite de ontem, a Justiça Eleitoral contabilizava 93,5% de reconhecimento do eleitorado pela impressão digital nas cidades que utilizaram urnas biométricas.

Presos e indígenas

O presidente do TSE também comentou a participação da população carcerária e dos povos indígenas nestas elei-

ções. Se na região Nordeste foi permitido que quase a totalidade dos presos provisórios votassem, algumas restrições foram impostas em São Paulo e no Rio de Janeiro, motivadas pela existência de presídios de segurança máxima e de facções criminosas.

Em relação à participação dos indígenas, Lewandowski admitiu que muitos desses eleitores deixaram de votar no Amazonas por não apresentar documento com foto. O presidente do TSE argumentou, entretanto, que o chefe da seção eleitoral poderia abrir uma exceção nesses casos e autorizar a votação daqueles que portassem o título de eleitor.

Agenda

A AGENDA COMPLETA, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Sessão não terá deliberações

14h A sessão plenária de hoje será não deliberativa e destina-se a debates dos senadores e comunicados da Mesa.

Quarta-feira

CCT Cadastro de crianças desaparecidas

8h30 A Comissão de Ciência e Tecnologia examina proposta que cria um sistema nacional de cadastro de crianças e adolescentes desaparecidos. A comissão vai analisar ainda 38 projetos de decreto legislativo que autorizam serviços de radiodifusão em diversos estados.

CCJ Fraude em concurso público

10h Entre os 82 itens incluídos na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, consta projeto que prevê a dedução do Imposto de Renda de despesas com pagamento de aluguel residencial. Outra proposta em pauta torna crime fraude em concurso para ingresso no serviço público.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Grande renovação na composição é marcada pela chegada de contingente de parlamentares de partidos que formaram base de sustentação de Lula

Muda perfil do Senado: governistas avançam

O SENADO EMERGE das eleições de 2010 com uma renovação poucas vezes vista. Grandes lideranças da oposição ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva não voltarão ao Senado para o período que começa em 2011 e vai até 2019. Por outro lado, candidatos cujas vitórias não eram previstas pelos institutos de pesquisa conquistaram sua vaga no Senado.

Das 54 vagas em disputa, apenas 18 serão ocupadas por senadores reeleitos (tentavam renovar seus mandatos 27 parlamentares). Assim, as demais 36 vagas estão nas mãos de novos senadores, dos quais 32 nunca ocuparam cadeiras na casa. A coligação que dá sustentação ao governo Lula foi a grande vencedora.

Dos novos senadores, nada menos que 44 são de partidos que apoiaram Dilma Rousseff (PT) à Presidência ou, com poucas exceções, sustentaram Lula em seus dois mandatos. A oposição ficou com 10 das vagas em disputa.

Importantes nomes oposicionistas não conseguiram vencer a onda em favor do governo Lula. Arthur Virgílio (PSDB-AM) perdeu a reeleição por cerca de 1% dos votos válidos para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Marco Maciel (DEM-PE), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Heráclito Fortes (DEM-PI), Mão Santa (PSC-PI) e Efraim Morais (DEM-PB) estão entre os oposicionistas que não conseguiram se reeleger.

José Agripino (DEM-RN), Demóstenes Torres (DEM-GO), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que também fizeram oposição a Lula, confirmaram seus mandatos. Eles terão o reforço do ex-governador de Minas Gerais Aécio Neves (PSDB), Aloysio Nunes (PSDB-SP), Paulo Bauer (PSDB-SC) e de dois senadores do PSOL: Randolfe Rodrigues (AP) e Marinor Brito (PA).

Do lado governista, reelegeram-se lideranças como Romero Jucá (PMDB-RR), Renan Calheiros (PMDB-AL), Valdir



Eleitores fazem fila diante das seções de votação: abstenção no primeiro turno deste ano ficou em torno de 18%

Raupp (PMDB-RO), Edison Lobão (PMDB-MA), Paulo Paim (PT-RS), Delcídio Amaral (PT-MS) e Marcelo Crivella (PRB-RJ), entre outros. A eles se somam nomes como Eunício Oliveira (PMDB-CE), Luiz Henrique (PMDB-SC), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Roberto Requião (PMDB-PR), Humberto Costa (PT-PE), Jorge Viana (PT-AC)

e Lindberg Farias (PT-RJ).

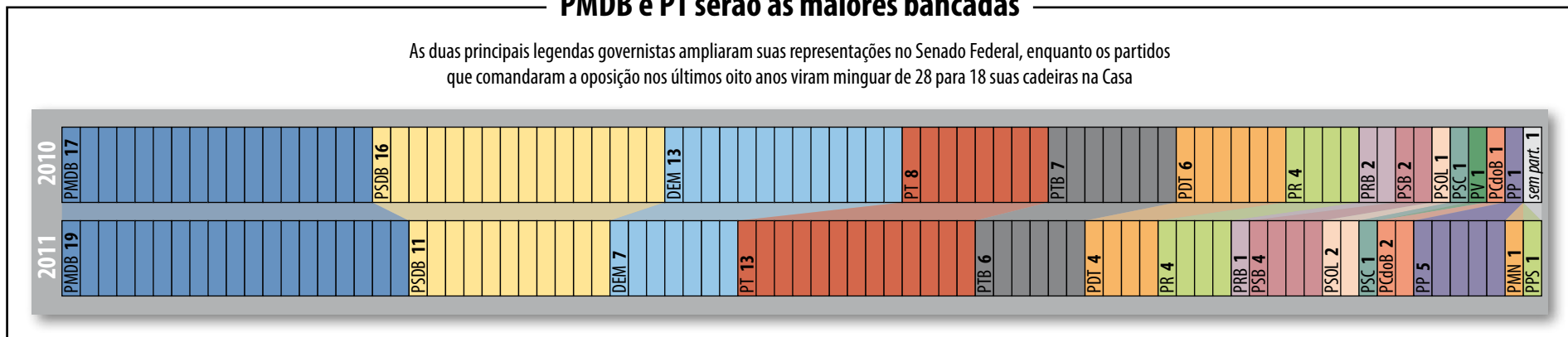
A composição das bancadas alterou-se substancialmente (veja gráfico abaixo). O PMDB foi a legenda a conquistar mais senadores: 16. O PT veio em seguida, com 11. No campo governista, também ganharam vagas no Senado o PP (4), o PR (3), o PSB (3), o PDT (2) e ainda o PCdoB (1),

o PTB (1), o PRB (1), o PMN (1) e o PSC (1).

A futura decisão da Justiça sobre a validade da Lei da Ficha Limpa pode alterar a composição final do Senado em 2011, assim como o desfecho de alguns dos confrontos de segundo turno para o governo de dez estados.

PMDB e PT serão as maiores bancadas

As duas principais legendas governistas ampliaram suas representações no Senado Federal, enquanto os partidos que comandaram a oposição nos últimos oito anos viram minguar de 28 para 18 suas cadeiras na Casa



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE

Dos 18 governadores eleitos, 4 são senadores: Casagrande, Tião Viana, Colombo e Rosalba

Quatro senadores foram eleitos ontem governadores. Renato Casagrande (PSB) venceu a disputa no Espírito Santo, Raimundo Colombo (DEM) será o administrador de Santa Catarina, Rosalba Ciarlini (DEM) vai governar o Rio Grande do Norte e Tião Viana (PT) foi vitorioso no Acre.

Além deles, o senador Marconi Perillo (PSDB) disputará o segundo turno para o governo de Goiás com Íris Rezende (PMDB).

Outros 14 estados definiram seus dirigentes na votação de ontem, enquanto haverá segundo turno em 8 estados e no Distrito Federal.

Suplentes

Quatro suplentes devem assumir cadeiras no Senado no lugar dos senadores eleitos governadores: Ana Rita Esgá-

rio (PT) cumprirá mandato no lugar de Renato Casagrande; Garibaldi Alves, pai do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB), reeleito ontem, assume o mandato na vaga de Rosalba Ciarlini; Niura Demarchi

(PSDB) substituirá Raimundo Colombo; e Aníbal Diniz (PT) assumirá o mandato de Tião Viana.

Caso Marconi Perillo seja eleito, seu suplente é Cyro Miranda Gifford Júnior (PSDB).

Quem venceu no primeiro turno

Acre - Tião Viana (PT)	Paraná - Beto Richa (PSDB)
Amazonas - Omar Aziz (PMN)	Pernambuco - Eduardo Campos (PSB)
Bahia - Jaques Wagner (PT)	Rio Grande do Sul - Tarso Genro (PT)
Ceará - Cid Gomes (PSB)	Rio de Janeiro - Sérgio Cabral (PMDB)
Espírito Santo - Renato Casagrande (PSB)	Rio Grande do Norte - Rosalba Ciarlini (DEM)
Maranhão - Roseana Sarney (PMDB)	São Paulo - Geraldo Alckmin (PSDB)
Mato Grosso - Silval Barbosa (PMDB)	Sergipe - Marcelo Déda (PT)
Mato Grosso do Sul - André Puccinelli (PMDB)	Santa Catarina - Raimundo Colombo (DEM)
Minas Gerais - Antonio Anastasia (PSDB)	Tocantins - Siqueira Campos (PSDB)



Colombo: arrancada na reta final em Santa Catarina



Casagrande: campeão de votos, com 82,3%



Rosalba: Rio Grande do Norte sob comando do DEM



Tião Viana: vitória por menos de 1% dos votos

Renovação tira do Senado nomes importantes

As eleições deste domingo tiraram do Senado nove nomes com grande tradição política. Entre os que não conseguiram renovar seus mandatos está o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que perdeu sua vaga numa disputa com José Pimentel (PT), o segundo colocado.

Companheiro de partido de Jereissati e líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM) também perdeu sua vaga numa luta apertadíssima com Vanessa Grazziotin (PCdoB).

No Amapá, a disputa tirou do Senado o peessedebista Papaléo Paes, que se notabilizou por críticas ao governo Lula e por defender a instituição na crise de 2009. Mesmo sendo um aliado do governo Lula, César Borges (PR-BA) não conseguiu vencer a disputa com a deputada e ex-prefeita de Salvador Lídice da Mata, também do aliado PSB.

O paraibano Efraim Morais (DEM) não conseguiu renovar seu mandato, tendo perdido a batalha para Wilson Santiago, do PMDB. O igualmente democrata Marco Maciel (PE) ficou em terceiro lugar, atrás de Humberto Costa (PT-PE).

No caso do Piauí, a renovação dos dois terços da bancada foi completa, tendo perdido suas

vagas Mão Santa (PSC), célebre por discursos inflamados contra o governo Lula, e Heráclito Fortes (DEM), que comandou a reforma administrativa do Senado e foi um ácido crítico do governador Wellington Dias (PT), primeiro colocado.

Outro pretendente de prestígio ao Senado, o ex-prefeito do Rio de Janeiro, César Maia (DEM), ficou apenas em quarto lugar. No Rio Grande do Sul, o ex-governador Germano Rigotto (PMDB) não conseguiu chegar ao Senado. Destino idêntico teve a deputada capixaba Rita Camata.

Em São Paulo, Romeu Tuma (PTB), que está no Senado desde 1994, ficou em 5º lugar, apesar de se encontrar internado desde o dia 1º de setembro.

A alagoana Heloísa Helena (PSOL) pretendia voltar ao Senado, de onde saiu há quatro anos, mas na reta final perdeu a segunda colocação para Renan Calheiros (PMDB). A ex-senadora Marluce Pinto (PSDB-RR) também queria retornar à Casa, onde esteve entre 1991 e 2003, mas não conseguiu. Em Sergipe, o ex-senador Albano Franco (PSDB) foi outro a ficar em terceiro lugar e perder a chance de uma volta ao Senado.

Especialistas fazem reparos a sistema em que eleitor vota em um candidato que vence a eleição, mas outra pessoa pode assumir o cargo

Pauta inclui mudança na suplência dos senadores

DOS 81 SENADORES hoje em exercício, 16 não foram eleitos como titulares do mandato, e sim como suplentes, e desempenham a função temporária ou permanentemente. A proporção de substitutos – um quinto do Senado – é considerada elevada por especialistas. O atual sistema de suplência também vem recebendo críticas porque, na opinião de cientistas políticos, distorce a representação popular: o eleitor vota num candidato que vence a eleição, mas outra pessoa pode assumir o cargo.

Entre os próprios senadores, o assunto suscita preocupação.

Há sete propostas de emenda à Constituição (PECs) na pauta do Plenário que visam alterar as regras de suplência. Elas tramitam em conjunto e receberam, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), um único texto alternativo – fruto de acordo entre os membros da comissão –, assinado pelo relator, Demóstenes Torres (DEM-GO). Pela proposta, cada senador teria, em vez de dois, um suplente, que só seria convocado para a vaga até a próxima eleição municipal ou geral, quando outro titular seria eleito. Também ficaria proibida a indicação como suplente de cônjuge ou parente

até o segundo grau.

O texto aprovado pela CCJ em substituição à PEC 11/03 (do então senador Sibá Machado), que encabeça as sete propostas e empresta sua numeração por ser a mais antiga, é menos radical do que gostaria o relator.

Demóstenes não considera que haja ilegitimidade na forma como os suplentes atualmente são escolhidos. “Mas é evidente que carecemos de uma solução que tenha mais amparo na vontade do eleitor”, diz.

Propositor de uma das PECs, Valdir Raupp (PMDB-RO) sublinha em sua justificativa a necessidade de mudar a suplência,

entre outros fatores, porque “a experiência mostra que a convocação dos suplentes é fato frequente no decorrer dos oito anos de mandato” e, “embora o desempenho dos suplentes seja bom, algumas vezes excepcional, quase todos eram, no momento de sua chamada, desconhecidos dos eleitores”.

Para Tião Viana (PT-AC), que apresentou a PEC 18/07 para determinar nova eleição para senador em caso de abertura de vaga a mais de quatro meses do fim do mandato, o inconveniente das atuais regras é que “os eleitores confiam suas expectativas a um candidato

conhecido e acabam elegendo um desconhecido”.

Eduardo Suplicy (PT-SP) argumenta que “muitas vezes o suplente de um determinado senador pode ser alguém cuja população do estado que representa não desejava lhe delegar poderes para o representar, tampouco para legislar”. O senador propõe a eleição direta dos suplentes (PEC 55/07).

As outras propostas cujos textos são substituídos pelo texto da CCJ são a PEC 8/04, do então senador Jefferson Peres; a PEC 1/07, de Valter Pereira (PMDB-MS); e a PEC 12/07, do então senador Expedito Júnior.

Modelo preocupa senadores: estão na pauta do Plenário sete propostas de emenda à Constituição que visam alterar regras para escolha de suplentes



Jose Cruz/Senado Federal

Cientistas políticos criticam sistema brasileiro

O cientista político Pedro Neiva, especialista em Senado, considera “esdrúxulo” o sistema de suplência dos senadores. Em estudo comparativo sobre 25 países, a regra brasileira, “de o próprio titular escolher o suplente”, aparece como atípica. Em países como Argélia, Nigéria, Suíça e Espanha, é realizada nova eleição para preencher a vaga. No Japão, a escolha é remetida à próxima eleição. Na Colômbia, assume o segundo da lista eleitoral. Na Austrália, a escolha é feita pela assembleia legislativa estadual. Outro exemplo citado por Neiva: nos Estados Unidos, a indicação do substituto cabe ao governador.

Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e autor de tese de doutorado sobre as atribuições dos senadores no mundo,

Neiva afirma que o percentual de suplentes no exercício do mandato no Brasil – em torno de 20% – tem sido muito alto: “Numa votação apertada, isso pode decidir”, afirma.

Para o pesquisador, não se aplica ao contexto brasileiro a argumentação de que o suplente, pelo fato de o senador ser eleito em sistema majoritário, é uma espécie de vice, em analogia com os cargos para o Executivo: “O eleitor não sabe quem é o suplente, mas sabe quem é o candidato a vice-presidente ou vice-governador”. Neiva salienta que os suplentes costumam ser parentes ou financiadores de campanha.

Anonimato

Embora também aponte distorções nas regras atuais, o doutor em ciência política Vitor Marchetti, professor da Univer-

sidade Federal do ABC, lembra a especificidade do mandato de senador, diferente do deputado, que é eleito no sistema proporcional. Ele propõe que a suplência fique com o partido.

– A representação não depende unicamente da figura do senador. Há toda uma estrutura partidária por trás dessa representação – opina.

O grande defeito do sistema atual, segundo Marchetti, é que “o eleitor tem muito pouca informação sobre quem é o suplente”.

O professor diz que o substitutivo aprovado pela CCJ às sete PECs que tratam da suplência é uma proposta equilibrada.

– Ela não penaliza exageradamente o senador e garante uma representação mais transparente e em que o eleitor possa manter o controle sobre o eleito – avalia.

Modelo atual começou a vigorar em 1946

A Constituição federal estabelece que cada senador seja eleito com dois suplentes. O primeiro suplente ocupa temporariamente a vaga do titular e o segundo suplente, quando o senador assume cargo de ministro de Estado, governador de território, secretário estadual, secretário municipal (só nas capitais) ou chefe de missão diplomática temporária. Isso também ocorre em outros afastamentos, como em licenças para tratamento médico por mais de 120 dias.

O suplente assume definitivamente quando o titular morre, renuncia ou perde o mandato. Para assumir cargo de governador de estado, por

exemplo, é necessário que o senador abra mão de seu mandato.

O sistema de suplência foi introduzido pela Constituição de 1946. Até então, a substituição dos senadores se dava por meio de nova eleição.

Os senadores, ao contrário dos deputados, são eleitos no sistema majoritário, o mesmo que vale para presidente da República, governador e prefeito, em que vence quem tem o maior número de votos. A escolha dos deputados se dá pelo sistema de representação proporcional, que leva em consideração não apenas o número de votos que cada um recebe, mas também o quociente eleitoral.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Comissão deve analisar este mês reavaliação das receitas e parecer preliminar do senador Gim Argello sobre a proposta do governo

Congresso inicia discussão sobre Orçamento

TERMINADAS AS ELEIÇÕES parlamentares e com o Congresso retomando o ritmo de trabalho, um dos principais itens da pauta legislativa é o Orçamento da União para 2011. A proposta foi enviada pelo governo em 31 de agosto, em pleno período de campanha eleitoral. A partir de agora é que os parlamentares vão começar efetivamente a se dedicar ao assunto. Pelo cronograma da Comissão Mista de Orçamento (CMO), duas etapas fundamentais estão previstas para este mês: as votações do relatório da receita e do relatório preliminar.

O relator da receita, deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), afirma que terá seu texto pronto na data estabelecida no cronograma para a votação, dia 13, mas, diante da "ressaca eleitoral" e por conta do feriado no dia 12, acredita que o relatório só será votado na semana seguinte.

Da nova previsão de receita dependem dois pontos para os quais a proposta do governo não reserva recursos: um aumento real (acima da inflação) para o salário mínimo e o valor da compensação aos estados e municípios pela desoneração das exportações estabelecida pela Lei Kandir. Também está

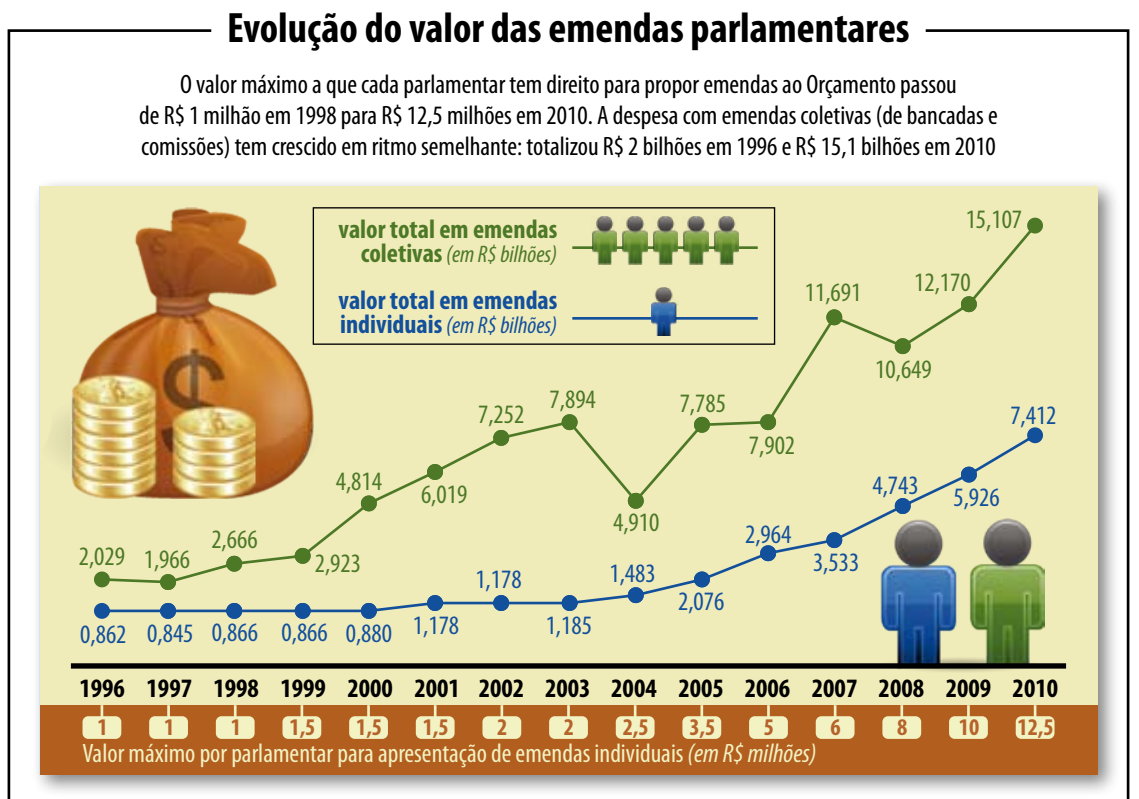
em aberto o que ficará reservado para as emendas parlamentares (veja infográfico), já que a proposta não traz o suficiente para manter os R\$ 12,5 milhões a que cada parlamentar teve direito no Orçamento de 2010. O deputado não quis antecipar como pretende equacionar esses pontos. Disse que vai tratar da questão do salário mínimo "com absoluta prioridade".

– Nós estamos analisando diversas variáveis para definir se houve subdimensionamento ou não da receita – afirmou.

A revisão da previsão de crescimento da economia em 2010, com repercussão positiva sobre a arrecadação de impostos no ano que vem, deve ser uma das formas de impulsionar a reestimativa de receita. Na proposta enviada no final de agosto, o governo projetava um crescimento de 6,5% para o produto interno bruto (PIB) este ano. Mas o Ministério do Planejamento já revisou o número para 7,2%.

Depois de aprovado o relatório da receita, a CMO deve votar, conforme o cronograma, até dia 24, o relatório preliminar do senador Gim Argello (PTB-DF), relator-geral do Orçamento. Esse texto deve trazer os valores das emendas parlamentares.

Aumento real para salário mínimo vai depender de reestimativa das receitas a ser feita pelo Congresso



Paulo Bernardo (E) entrega a Sarney Orçamento de 2011, relatado por Gim Argello



Salário mínimo

O projeto de Lei Orçamentária para 2011 prevê reajuste do piso salarial de R\$ 510 para R\$ 538,15, um acréscimo de 5,52%, que cobre a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Ficará a cargo do Congresso propor algum aumento real, e o tema deve motivar intensos debates. A regra que vinha sendo adotada nos últimos anos para garantir reajustes acima da inflação, de combinar o índice de preços com o crescimento do PIB, não seria agora favorável ao trabalhador, pois o PIB de 2009 foi negativo (-0,2%). Cada R\$ 1 de aumento do salário mínimo, segundo o Ministério do Planejamento, causa impacto de R\$ 286,4 milhões nas despesas orçamentárias.



Receita

No ano que vem, o valor total da proposta de Orçamento da União é de R\$ 2,048 trilhões. Mas o governo efetivamente terá para gastar R\$ 1,369 trilhão, retirando-se os R\$ 678,5 bilhões para a rolagem da dívida pública (valor meramente contábil). Do montante efetivo, R\$ 1,262 trilhão se refere ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, que cresceu 9,8% em relação a 2010, e R\$ 107,5 bilhões, ao Orçamento de Investimento das Estatais, que teve um salto de 13,9%.



Investimentos

A União terá R\$ 51,44 bilhões para investir em obras e em outros bens permanentes. O valor é 11,48% menor que o do Orçamento aprovado para 2010, mas está 15,6% acima do que previa o projeto enviado pelo governo em 2009. Isso mostra o importante papel desempenhado pelo Congresso em ampliar a projeção de investimentos durante a tramitação da proposta de Orçamento, o que pode ser repetido este ano.



Cenário econômico

O projeto orçamentário prevê crescimento do PIB de 5,5% em 2011, inflação de 4,5% (IPCA e IGP-DI), dólar a R\$ 1,84 e taxa de juros (Selic) de 10,75%. Portanto, após a superação dos impactos da crise financeira internacional, a proposta parte do pressuposto de que a economia do país deve continuar se expandindo, com inflação dentro da meta. A relação dívida/PIB, após subir e alcançar 43,4% em outubro de 2009, deve cair para 39,6% ao final de 2010 e chegar a 36,8% em dezembro de 2011.



Pessoal e previdência

Os gastos totais com pessoal deverão chegar a R\$ 199,6 bilhões, um aumento de 8%, isso sem que haja previsão de novos reajustes para o funcionalismo, mas principalmente por conta da recomposição de quadros. Com o pagamento de aposentadorias, pensões e benefícios do INSS serão gastos R\$ 275,1 bilhões, para uma receita de R\$ 233,8 bilhões. Ou seja, serão necessários R\$ 41,3 bilhões para cobrir o déficit previdenciário do setor privado. Na previdência do funcionalismo, a necessidade de complementação será ainda maior: R\$ 49,5 bilhões.



Bolsa Família

O governo pretende destinar R\$ 13,4 bilhões em 2011 aos beneficiários do programa, para atender 12,7 milhões de famílias, mesmo número que em 2010. A despesa com assistência social inclui outros R\$ 23,2 bilhões, referentes ao benefício de prestação continuada, recebido por 3,4 milhões de idosos e pessoas com deficiência sem condições de subsistência.



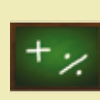
PAC

O principal programa de obras do governo federal deve receber R\$ 43,5 bilhões. A cifra, no entanto, está aquém do que realmente deve ser aplicado, uma vez que as ações do Programa de Aceleração do Crescimento não aparecem especificadas no Orçamento de Investimento das Estatais, mas apenas no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.



Pagamento de juros

Para os juros da dívida pública, o Orçamento para 2011 prevê despesas de R\$ 169,87 bilhões, valor 53,87% maior do que o do Orçamento de 2010. Mesmo assim, a dívida interna deve saltar de R\$ 2,296 trilhões para R\$ 2,515 trilhões.



Educação e saúde

A proposta de Orçamento projeta aplicação de R\$ 53,9 bilhões na manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a R\$ 11,5 bilhões acima do mínimo exigido constitucionalmente. Já para o Ministério da Saúde, a proposta reserva R\$ 74,2 bilhões, 9,1% a mais que em 2010.



*LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias; LOA - Lei Orçamentária Anual; PPA - Plano Plurianual

Redes sociais atraem cada vez mais e 50 dos 81 senadores já usam Twitter

Especialista diz que instantaneidade, debate de ideias e contato direto com eleitor são facilidades que têm atraído políticos para o uso das novas ferramentas

A INTERAÇÃO DIRETA proporcionada pelas redes sociais na internet já chama a atenção dos políticos como um valioso canal de comunicação com o cidadão. No Senado, 50 dos 81 senadores possuem Twitter, *micro-blog* em que os participantes publicam mensagens com até 140 caracteres. Informar sobre suas posições e ações políticas, permitir o debate de ideias e possibilitar o contato direto com os eleitores são as facilidades que mais atraem os senadores para os *blogs*, Twitter, Orkut, Facebook e outras redes sociais.

Diretor de uma empresa especializada no planejamento estratégico de redes sociais, o jornalista Manoel Fernandes ressalta que o Brasil tem dados culturais e estatísticos que podem servir de estímulo para que os senadores aumentem cada vez mais sua atuação nas redes sociais.

– Os brasileiros gostam de interagir usando esses novos instrumentos, gostam de participar. As pesquisas sempre demonstram que o Brasil está entre os países com o maior número de usuários de redes sociais. É a nação em que o Twitter mais cresce – informa o especialista.

Manoel Fernandes acredita que, com a realização de grandes eventos no Brasil, como as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro e a Copa do Mundo de 2014, além da implantação do plano de banda larga em todo o país, a tendência é que o uso

das redes sociais cresça muito.

– A discussão desses eventos e o aumento do alcance da internet entre a população são elementos importantes na boa perspectiva que as redes sociais têm no país – diz.

Fernandes também considera inovadora a maneira como o Senado vem atuando nas redes sociais.

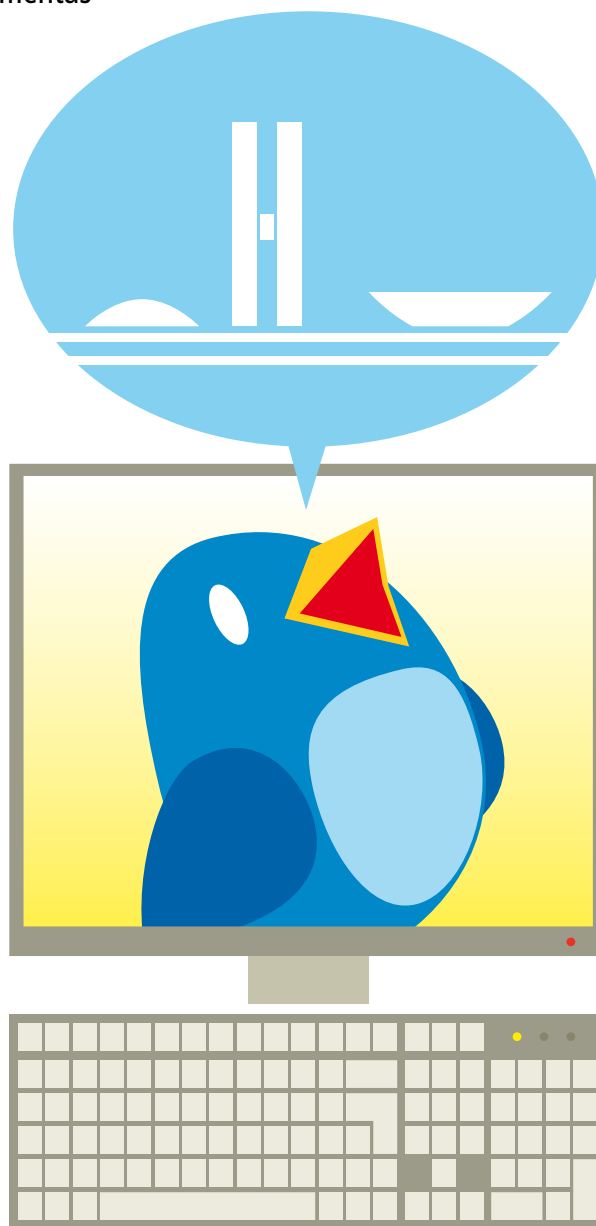
– Entre as casas legislativas, acho que o Senado lidera essa corrida – opina.

O especialista afirma que, para os senadores, é estratégico falar de votações polêmicas em seus *blogs* e contas no Twitter.

– É uma experiência única. Qual outro instrumento de comunicação proporciona essa interação rápida e objetiva e com um custo tão baixo? – lembra Manoel Fernandes.

Ao enfatizar que as redes sociais são uma maneira de o senador prestar contas da sua atividade parlamentar, Manoel Fernandes acredita que os novos instrumentos são um termômetro inestimável.

– É como a extensão do voto e ele deve estar pronto para ser questionado e criticado ali naquele canal, além de saber reagir e manter seu *blog* e Twitter, entre outros meios, atualizados. Essa é a lógica das redes sociais – observa.



Canal direto entre senador e eleitores

Usuário do Twitter há um ano, Alvaro Dias (PSDB-PR) afirma que as redes sociais propiciam a transparência absoluta, deixando que o político, como é o seu caso, seja questionado e responda de pronto às dúvidas e perguntas dos eleitores. O senador, que também mantém um *blog*, conta que não delega à assessoria as postagens no Twitter.

– É um instrumento de comunicação totalmente pessoal e acho que seria uma falta de respeito deixar que um assessor fizesse essa comunicação por mim – diz o parlamentar, ao esclarecer, no entanto, que algumas notícias são colocadas no seu *blog* pela assessoria. Mas acrescenta: “Quando se trata de opinião, quem escreve no *blog* sou eu”.

Avaliação

Alvaro Dias considera ainda que as redes sociais são um instrumento que servem para aferir como o seu trabalho está sendo acompanhado e como é avaliado pelas pessoas.

O senador considera que a abrangência entre os políticos ainda é limitada, mas acredita que a tendência é que a adesão deles se amplie, assim como a dos seguidores.

– Na classe política, a popularidade não é tão grande quanto entre os artistas e jogadores de futebol, mas creio que, com os políticos que buscam a recuperação da credibilidade do setor, a tendência é que os números entre nós aumentem”, diz.

Outro aspecto ressaltado por Alvaro é que nem sempre a influência no Twitter é medida somente pelo número de seguidores.

– Existem os multiplicadores de opinião, os que retuítam o que escrevo. Ontem mesmo [segunda-feira passada] verifiquei que houve 2 milhões de leituras para o que postei no Twitter.

O senador destaca também a importância de os políticos se colocarem disponíveis para o debate.

– Considero isso um ponto muito positivo nas redes sociais – afirma o senador, ao informar que dificilmente recebe alguma agressão via Twitter.

Suplicy acumula 21 mil seguidores em 6 meses

Entre os meios de contato com os eleitores, como cartas e *e-mails*, Eduardo Suplicy (PT-SP) relata que agora está se familiarizando com o Twitter.

– A internet tem um ritmo muito intenso e mudou muito desde que assumi meu mandato, em 1991. Hoje recebo de 800 a mil *e-mails* diariamente. No Twitter, onde me cadastrei há seis meses, tenho 21 mil seguidores – relata.

Suplicy afirma que trabalha sempre com a assessoria na resposta aos *e-mails* e na postagem de tópicos no Twitter.

– Tenho duas a três pessoas para responder a todos os *e-mails*. Quando é um assunto de grande repercussão, em que é preciso que eu responda me posicionando politicamente, redijo ou dito para meus assessores e, às vezes, é possível direcionar a mensagem a cinco ou seis pessoas. Há também casos em que respondo de forma muito pessoal – explica.

Para o senador, o Twitter é um instrumento novo, em que é possível registrar o que a pessoa está fazendo no momento.

– Sempre peço à minha assessoria que coloque no Twitter o discurso que acabei de fazer, o artigo que escrevi – diz Suplicy, ao acrescentar que os assessores também sugerem assuntos para que ele aborde na rede social e informam sobre comentários de outros senadores sobre ele.

– É uma forma de comunicação formidável, ágil e que permite saber o que as pessoas estão pensando sobre você. Pretendo aprender cada vez mais sobre esse instrumento para usá-lo com a maior frequência possível e me aproximar mais dos meus seguidores – afirma Suplicy.

Comunicação entre parlamentares e cidadãos passou a ser direta

O uso das redes sociais pelos senadores é um caminho sem volta, na avaliação de Valter Pereira (PMDB-MS). Antes desses instrumentos, lembra ele, havia uma grande dificuldade de comunicação entre o eleitor e o político.

– Os veículos de comunicação nem sempre abrem espaço para a divulgação das atividades parlamentares. Eles têm uma linha editorial própria, atendem interesses comerciais – diz, ao explicar os empecilhos que encontrava para veicular seu trabalho.

Com as redes sociais, Valter Pereira considera que o parlamentar tem um meio de interação com o cidadão “sem filtro, sem censura e sem a submissão aos interesses da grande mídia”. Ele aponta ainda como a evolução dos meios de comunicação melhorou a divulgação do seu trabalho.

– Quando fui deputado estadual entre os anos de 1975 e 1979, só dispunha de um aparelho de telex, que era uma grande novidade usada pela maioria dos parlamentares. Por

ele eu enviava os *releases* das minhas atividades e também produzia um jornal, que eram os únicos meios para informar o meu eleitor – conta.

Atualmente, ressalta, o eleitor só não sabe o que o parlamentar está fazendo se não quiser. Ele avalia ainda que o político que não fizer uso desses novos instrumentos “vai ficar para trás”. Participando do Twitter desde 2009, Valter Pereira alerta para a defasagem de quem insiste em não ter intimidade com o computador.

– Esse está pronto para ingressar no museu – sentencia, dizendo que em breve voltará a alimentar seu Twitter e seu *blog*.

A interrupção nas atualizações que faz nas redes sociais, justifica, aconteceu por ter preferido silenciar sobre fatos políticos regionais e por ter assumido a relatoria do projeto de novo Código de Processo Civil (CPC). Ele destaca que gosta de atuar pessoalmente no Twitter e no *blog*.

– Acho que assim há mais emoção e credibilidade. Sinto mais a presença do cidadão – comenta.



Saiba mais

Lista de senadores que têm Twitter:
http://twitter.com/Agencia_Senado/senadores/members

Blog do Senado
www.senado.gov.br/blog